



ALEPI

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DO PIAUÍ

INDICATIVO DE PROJETO DE LEI Nº. /2025

nº 34

Altera a Lei nº 5.933, de 27 de novembro de 2009, e a Lei nº 7.768, de 30 de março de 2022, que dispõem sobre a gratificação variável dos servidores do Departamento Estadual de Trânsito do Estado do Piauí – DETRAN/PI, para dispor sobre o piso do incremento, mecanismo de cálculo, assegurar previsibilidade remuneratória e ampliar os mecanismos de transparência.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ, Faço saber que a Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, aprovou e eu, sanciona a seguinte lei:

Art. 1º. O art. 3º da Lei nº 5.933, de 27 de novembro de 2009, passa a vigorar acrescida do seguinte dispositivo:

§3º. Feitos os cálculos para pagamento da gratificação de que trata esta Lei, o incremento terá como limite o vencimento básico do cargo de Analista de Trânsito do DETRAN/PI, na última classe e referência da carreira.

Art. 2º. A Lei nº 5.933, de 27 de novembro de 2009, passa a vigorar acrescida dos seguintes dispositivos:

Art. 3º-A. Nos meses que, em razão do não atingimento das metas de arrecadação previstas no art. 2º, o valor da gratificação variável não atingir os limites nele fixados, fica assegurado a todos os servidores abrangidos por esta lei o recebimento de valor mínimo equiparado a 9% do provento devido ao analista de trânsito na última classe e referência.

Parágrafo único. O valor mínimo de que trata o caput será devido de forma obrigatória e mensal, independentemente do resultado da arrecadação trimestral, de modo a garantir previsibilidade e caráter alimentar da remuneração dos servidores do DETRAN/PI.

(...)

Art. 3º-B. A gratificação variável prevista nesta Lei será custeada prioritariamente pelas receitas próprias do Departamento Estadual de Trânsito do Piauí – DETRAN/PI, oriundas de fontes legalmente vinculadas ao órgão, conforme art. 2º.

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil
www.alepi.pi.gov.br



ALEPI

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DO PIAUÍ

§ 1º. Caso a arrecadação do DETRAN/PI não seja suficiente para garantir o pagamento integral dos valores estabelecidos nos arts. 3º e 3º-A, o custeio será complementado, de forma automática e obrigatória, pelo orçamento do Estado do Piauí.

§ 2º. A vinculação prevista no § 1º assegura a continuidade e a previsibilidade da gratificação, não podendo ser utilizada como fundamento para redução ou supressão do direito instituído nesta Lei.

Art. 3º. O art. 2º da Lei nº 5.933, de 27 de novembro de 2009, passa a vigorar com a seguinte dicação:

Art. 2º. O valor da gratificação é obtido por meio da divisão de fundo próprio que será composto, prioritariamente, pelas receitas próprias do DETRAN/PI, à exceção de multas, ficando o fundo com a seguinte composição:

I – 10% (dez por cento) do incremento real da arrecadação do DETRAN/PI, até o valor da meta de arrecadação;

II – 15% (quinze por cento) do valor arrecadado que superar a meta de arrecadação no exercício da competência do DETRAN/PI.

§ 1º Considera-se incremento real da arrecadação a diferença entre o valor arrecadado no mês de referência e no mesmo mês do exercício anterior, descontada a inflação oficial do período, sem prejuízo do disposto no parágrafo 4º.

§ 2º A meta de arrecadação não poderá ser inferior à média do incremento dos últimos 12 (doze) meses, devendo possuir justificativa técnica de razoabilidade e memória de cálculo, de modo a evitar metas inatingíveis.

§ 3º As metas de arrecadação e de desempenho serão fixadas em ato do Diretor-Geral.

§ 4º O eventual desconto de inflação oficial não poderá, em nenhuma hipótese, impedir o pagamento das gratificações previstas nesta Lei, arts. 3º e 3º-A desta Lei, observado, no mínimo, o piso mensal definido.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



ALEPI
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DO PIAUÍ

**SALA DAS SESSÕES LEGISLATIVAS DO ESTADO DO PIAUÍ, 18 DE
NOVEMBRO DE 2025.**

Ana Paula
ANA PAULA
MDB



ALEPI
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DO PIAUÍ

JUSTIFICATIVA

O presente Indicativo de Projeto de Lei tem por finalidade aperfeiçoar a legislação que regulamenta a gratificação variável dos servidores do Departamento Estadual de Trânsito do Piauí – DETRAN/PI, notadamente as Leis nº 5.933/2009 e nº 7.768/2022, de modo a assegurar maior previsibilidade remuneratória, transparência nos critérios de cálculo e estabilidade na política de incentivo ao desempenho institucional.

Atualmente, a forma de remuneração variável vinculada ao incremento da arrecadação apresenta significativa oscilação mensal, o que impacta diretamente o caráter alimentar da gratificação e compromete a organização financeira dos servidores. A inexistência de um piso mínimo e a ausência de parâmetros claros de cálculo têm gerado insegurança jurídica, além de dificultar o planejamento administrativo do próprio órgão.

Nesse sentido, a presente proposta estabelece um piso de incremento, assegurando que nenhum servidor receba valor inferior a 9% do provento devido ao Analista de Trânsito na última classe e referência, independentemente do desempenho momentâneo da arrecadação. Tal medida garante maior estabilidade e previsibilidade remuneratória, preservando a natureza alimentar da gratificação e a dignidade dos servidores que atuam diretamente na gestão e execução de serviços essenciais de trânsito.

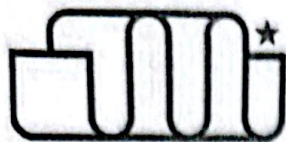
Adicionalmente, o texto aprimora o mecanismo de cálculo da gratificação, definindo conceitos, parâmetros e limites objetivos para apuração do incremento real da arrecadação, vedando metas artificiais ou inatingíveis e exigindo memória de cálculo e justificativa técnica. Ao disciplinar a metodologia e os critérios utilizados, fortalece-se a transparência, o controle interno e a eficiência da gestão pública.

Outro ponto relevante é o estabelecimento de regra clara sobre o custeio da gratificação, priorizando receitas próprias do DETRAN/PI e assegurando, quando necessário, complementação automática pelo orçamento do Estado. Tal medida impede descontinuidade dos pagamentos, reforça a segurança jurídica e protege o servidor contra eventuais frustrações de receitas sazonais.

Portanto, trata-se de proposta de elevado interesse público, que moderniza a política de remuneração variável, corrige distorções, valoriza os servidores e fortalece a gestão financeira e administrativa do DETRAN/PI. Ao garantir estabilidade, previsibilidade e transparência, o Estado promove condições adequadas ao desempenho eficiente das atividades de trânsito, essenciais para a segurança viária e para a prestação de serviços de qualidade à população piauiense.

Ante o exposto, apresento o presente Indicativo, confiando em sua aprovação por reconhecer seu impacto direto na valorização do serviço público e no aprimoramento institucional do DETRAN/PI.

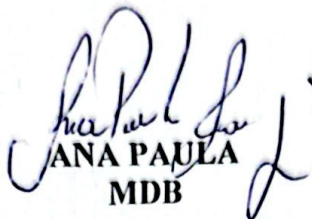
Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil
www.alepi.pi.gov.br



ALEPI

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DO PIAUÍ

**SALA DAS SESSÕES LEGISLATIVAS DO ESTADO DO PIAUÍ, 18 DE
NOVEMBRO DE 2025.**


ANA PAULA
MDB

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil
www.alepi.pi.gov.br

INCREMENTO (Setembro-2025)		
1	set/24	R\$ 12 003 866,59
2	Inflação do período	R\$ 1,05
3	Total do período	R\$ 12 619 664,95
4	set/25	R\$ 13 286 660,51
5	meta (média de 5 anos do mês arrecadado acrescido de 3 % subtraído do mês atual)	R\$ 1 307 132,79
6	15% da superação da meta	R\$ 196 069,92
7	10% do incremento real (subtração entre o mês atual e o do ano anterior aplicado a inflação)	R\$ 66 699,56
8	fundo apurado (15% + 10%)	R\$ 262 769,48
9	(366- ATIVOS E INATIVOS) total a pagar individual	R\$ 717,95
	Total	

[illegible]

RS 668.995.56

*Bateram a meta e receberiam R\$ 717,95 cada e não R\$ 936,40 em razão de não bater a meta, ou seja, menos que o pretendido por elas.

****Na forma do projeto delas receberiam R\$ 938,40 todo mês que não batessem a meta.**

*Diminuindo a porcentagem para 9% no lugar de 12,5% quando não baterem a meta, teriam aí 674,21 mensal, não perderiam dinheiro caso batessem a meta.

IMPACTO FINANCEIRO			
Percentual aplicado (%)	Valor unitário (R\$)	Qtd. Servidores	Total Mensal (R\$) Total Anual (R\$)
12,5	936,4	366	342.722,40 4.112.668,80
9	674,21	306	246.760,86 2.961.130,32